

instalações e equipamentos, para os serviços de âmbito sub-regional, com efeitos a 1 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

18 de Julho de 2007. — O Coordenador, *José Agostinho Dias de Castro e Freitas*.

Alto Comissariado da Saúde

Despacho n.º 18 049/2007

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e dos artigos 9.º e 11.º, todos do Decreto-Lei n.º 218/2007, de 29 de Maio, e de harmonia com o disposto no n.º 8 do artigo 21.º e no n.º 2 do artigo 27.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, local e regional do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, a Dr.ª Maria Lina Afonso Alves dos Santos chefe de divisão dos Assuntos Europeus, unidade orgânica flexível enquadrada pela dotação constante do artigo 1.º da Portaria n.º 658/2007, de 30 de Maio, cuja sinopse curricular se anexa e deste despacho deve ser considerada parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Julho de 2007.

2 de Julho de 2007. — A Alta Comissária da Saúde, *Maria do Céu Machado*.

Síntese curricular

Maria Lina Afonso Alves dos Santos nasceu em 6 de Julho de 1960, em Lisboa.

Habilitações literárias e profissionais:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa — 1984;

Pós-licenciatura em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa — 1986;

Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — 1995;

Pós-graduação em Direito das Autarquias Locais do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — 2004;

Frequência do mestrado em Novas Fronteiras do Direito do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) — 2005;

Cursos de Línguas:

Diplôme Supérieur d'Études Françaises Modernes da Alliance Française — 1982;

Certificate of Proficiency in English do Instituto Britânico — 1982; Zertifikat Deutsch als Fremdsprache — 1984 e frequência do último ano do Zentrale Mittelstufenprüfung des Goethe — Instituts do Instituto Alemão — 1986;

Attestato di Conoscenza della Lingua Italiana do Instituto Italiano de Cultura — 1987;

Course in English Law — inglês para juristas do Instituto Nacional de Administração — 1988;

Curso de francês para juristas do Instituto Nacional de Administração — 1993;

Curso de inglês para relações internacionais do Instituto Nacional de Administração — 1994;

Curso de espanhol, nível elementar, do Instituto Português de Línguas — 2000;

Formação profissional — vários cursos sobre direito comunitário, direito administrativo, feitura de leis, estruturas jurídicas da empresa, programa operacional da economia e seminários sobre função pública e Administração Pública electrónica, turismo (em Portugal e no âmbito das reuniões da Organização Mundial do Turismo) e ciência política.

Cargos desempenhados e experiência profissional:

Exercício de advocacia:

Jurista no Gabinete de Estudos e Planeamento (gabinete do director-geral) do Ministério da Justiça para a área do direito da informática — 1987-1988;

Jurista do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República — 1988-1990 e 1995-1996;

Adjunta dos Secretários de Estado do Comércio Interno e do Comércio e assessora do Ministro do Comércio e Turismo (XI e XII Governos Constitucionais) — 1990-1995;

Monitora do curso elementar para agentes da Inspeção-Geral das Actividades Económicas — 1993-1994;

Técnica superior do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território — 1996-1998;

Directora de serviços das Relações Internacionais do Gabinete das Relações Internacionais do Ministério da Cultura — 1998-1999;

Directora de serviços de Relações Exteriores da Direcção-Geral do Turismo — 2000-2003;

Assessora do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — 2003-2007;

Participação em diversos grupos de trabalho interministeriais para elaboração de projectos de diplomas;

Participação em reuniões internacionais como representante de Portugal: intervenção nas reuniões de conselheiros *ad hoc* de Mercados Públicos da Comissão Europeia; participação nas reuniões do Grupo de Questões Económicas «Mercados Públicos» da Comissão Europeia; representação do Ministro da Cultura no Comité da Cultura e no Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa; representante do Comité da Cultura do Conselho da Europa no Grupo de Consultores da Unidade de Investigação e Desenvolvimento sobre as Políticas Culturais; participação nas reuniões do conselho executivo e da Comissão para a Europa da Organização Mundial de Turismo, bem como no grupo de trabalho do Conselho Executivo para a Modernização da OMT.

Autoridade para os Serviços de Sangue e da Transplantação

Despacho n.º 18 050/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º e no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 67/2007, de 29 de Maio, nomeio, pelo período de três anos, renovável, para o exercício de funções de coordenador nacional das unidades de colheita de órgãos, tecidos e células para transplantação da Autoridade para os Serviços de Sangue e da Transplantação a licenciada Maria João Ribeiro da Silva Costa Mendonça de Aguiar, cujo perfil e aptidão para o desempenho das funções são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a 8 de Junho de 2007.

18 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Eduardo Manuel Barroso Garcia da Silva*.

ANEXO

Sinopse curricular

1 — Dados pessoais — Maria João Ribeiro da Silva Costa Mendonça de Aguiar, nascida em Faro em 12 de Setembro de 1954, casada, residente na Rua do Campo de Jogos, 1, 1.º, direito, Carnaxide, telefone: 214187334.

2 — Percurso cronológico da carreira médica:

1977 — concluiu a licenciatura em Medicina na Universidade de Lisboa;

1982 — inicia o internato complementar de anesthesiologia no Hospital de São José;

1987 — especialista em anesthesiologia pela Ordem dos Médicos;

1987 — integra o grupo de anestesistas da unidade de transplante renal do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa;

1989 — integra a equipa de anestesistas da unidade de transplante renal dos Hospitais Cívis de Lisboa, Hospital Curry Cabral;

1990 e 1991 — estágios no Presbyterian University Hospital, Pittsburgh, e no Hospital General Vall d'Hebron, Barcelona, na área da transplantação hepática;

1991 — integra o quadro permanente de anesthesiologia do Hospital de São José;

1991 — como anesthesiologista integra o programa de cirurgia experimental para transplante hepático;

1992 — anesthesiologista do programa de transplantação hepática dos Hospitais Cívis de Lisboa, Hospital Curry Cabral;

1993 — nomeada adjunta do director do Gabinete de Coordenação de Colheita de Órgãos e Transplantação (GCCOT) do Hospital de São José;

1994 — obtém o grau de consultor da carreira médica hospitalar;

2000 — nomeada directora do GCCOT do Hospital de São José;

2001 — nomeada chefe de equipa de anestesia da urgência do Hospital de São José;

2002 — certificada pela ETCO como *european transplant coordinator*;

2003 — provimento de um lugar de chefe de serviço de anesthesiologia do Hospital de São José;

2004 — nomeada adjunta do coordenador nacional da Organização Portuguesa de Transplantação;

Tem ainda diversos artigos publicados e múltiplas participações em congressos e reuniões científicas.

Centro Hospitalar de Cascais

Aviso (extracto) n.º 14 845/2007

Homologada por despacho do conselho de administração em 4 de Julho de 2007, e nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, a seguir se publica a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar na categoria de enfermeiro especialista de saúde materna e obstétrica, aberto através do aviso n.º 664/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 12 de Janeiro de 2007:

1.ª Estela Alves Gonçalves Almeida — 15,20 valores.

Da homologação da lista de classificação final cabe recurso hierárquico, com efeito suspensivo, a interpor para o Ministro da Saúde, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da presente publicação.

13 de Julho de 2007. — O Vogal Executivo, *Carlos A. Coelho Gil*.

Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde

Aviso n.º 14 846/2007

Concurso n.º 07/2007 — Concurso interno geral para reserva de recrutamento de dois lugares de assistente de anestesiologia

Conforme o previsto no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000:

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na formação profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/99, de 15 de Outubro, do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, e da alínea d) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 27 de Dezembro de 2006, se encontra aberto concurso interno geral para constituição de reservas de recrutamento com vista ao preenchimento de duas vagas que venham a ocorrer no prazo de um ano contado da data da publicação da lista de classificação final da carreira médica hospitalar, do quadro de pessoal da Unidade da Póvoa de Varzim, aprovado pela Portaria n.º 924/95, de 21 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 509/97, de 22 de Julho.

2 — O concurso é institucional, interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais de admissão que estejam vinculados à função pública.

3 — Requisitos de admissão a concurso:

3.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional, casos em que deve ser feita prova de conhecimento da língua portuguesa;

b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico necessários ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

3.2 — São requisitos especiais de admissão ao concurso:

a) Estar habilitado com o grau de assistente de anestesiologia ou sua equiparação, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;

b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

4 — Local de trabalho — nas unidades do Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, podendo vir a prestar serviço noutras

instituições com as quais este Centro Hospitalar tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

5 — Regime de trabalho e vencimento:

5.1 — O regime de trabalho será de quarenta e duas horas semanais em dedicação exclusiva, podendo os interessados optar pelo regime de tempo completo, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 412/99, de 15 de Outubro, que poderá ser desenvolvido em horários desfasados, de acordo com as normas existentes nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 22 de Agosto de 1990.

5.2 — O vencimento é o constante do anexo I ao Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 198/97, de 2 de Agosto, e 19/99, de 27 de Janeiro.

6 — Apresentação de candidaturas:

6.1 — Prazo — o prazo para a apresentação de candidaturas é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6.2 — Forma — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde e entregue no Serviço de Recursos Humanos, Largo do Dr. António José de Almeida, 4480-711 Vila do Conde, ou remetido para o mesmo endereço, por correio registado e com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 6.1.

6.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, naturalidade, data de nascimento, residência, telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e número de contribuinte);

b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente se encontra vinculado;

c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde o aviso foi publicado;

d) Indicação de documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;

e) Endereço para onde poderá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado por:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente hospitalar da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;

b) Documento comprovativo da natureza e do tempo do vínculo à função pública e à instituição a que se encontra vinculado;

c) Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos;

d) Cinco exemplares do *curriculum vitae*.

7.1 — O documento referido na alínea c) do n.º 7 poderá ser substituído por declaração no requerimento, em alínea separada e sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a esse requisito.

8 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 7 implica a não admissão a concurso.

9 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

10 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos *curricula* são puníveis nos termos da lei.

11 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar é a avaliação curricular, nos termos mencionados na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

12 — A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada no placard do Serviço de Recursos Humanos deste Centro Hospitalar e a lista de classificação final é publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Carlos João Sande e Santos Teixeira, chefe do serviço de anestesiologia.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria da Glória Novais Duarte Giesta, chefe do serviço de anestesiologia.

Dr.ª Maria de Lurdes Santos Martinho, assistente graduada de anestesiologia.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Manuela Brandão Loureiro Marques, assistente graduada de anestesiologia.

Dr. Joaquim António Oliveira Araújo, assistente hospitalar de anestesiologia.